

“Estou velha e cansada... mas não desisti!”

Em palestra no Dia do Economista, na sede do Conselho Regional de Economia do Rio, a professora Maria da Conceição Tavares falou sobre a profissão de economista, sobre os dublês, o processo de industrialização do país, a conjuntura internacional e, em tom emocionado, dirigiu-se aos mais jovens: “não desanimem”. Em uma noite em que foi homenageada juntamente com os professores Carlos Lessa e João Paulo de Almeida Magalhães, Conceição esbanjou bom humor e disse: “estou velha e cansada... mas não desisti”.

Páginas 8

**As reformas
econômicas em Cuba**

Página 5

**Fusão e desfusão:
memórias do Rio**

Página 3



EDITORIAL

A luta é contínua

No último 13 de agosto, Dia do Economista, as entidades de economia do Rio de Janeiro homenagearam três professores que estão aí fazendo história e aumentando o repertório de contribuições à profissão e ao ensino: Maria da Conceição Tavares, Carlos Lessa e João Paulo de Almeida Magalhães.

Nesta edição, o *JE* traz a palestra proferida pela professora Maria da Conceição Tavares, em que misturou bom humor com

pitadas de memórias, história e críticas, fazendo, contudo, relevantes observações, em especial, às gerações mais jovens de economistas e estudantes: não se considerem gênios, que sabem as soluções para as mazelas do país. “Eu acho que tem que estudar mais, aprofundar a análise, batalhar”, disse Conceição, tendo antes alertado: a luta pela ética, a luta política pelos direitos, é uma luta contínua. E ela mal começou. ■

Sumário

Página 3 Debate – A fusão: equívocos e memória – Mauro Osório

Página 5 Cuba: um processo de ajuste não neoliberal

Blanca Muster Infante e Ruth Espínola Soriano

Página 8 Dia do Economista – “Não basta ser progressista...”

Maria da Conceição Tavares



Página 12 Artigo do Leitor – As vantagens comerciais entre o Mercosul e a África – Pedro Paulo Silveira Felicíssimo

Página 13 Orçamento do Estado – Desrespeito à Constituição – Paula Mota

Página 15 Fórum Popular de Orçamento – Os gastos do Rio: agenda social vs Pan?

Página 16 Seminário vai debater o Rio

XX Since - Simpósio Nacional dos Conselhos de Economia

Cursos do Corecon para o segundo semestre de 2004

O Corecon-RJ apóia e divulga o programa Faixa Livre, apresentado por Paulo Passarinho, de segunda à sexta-feira, das 7h30 às 9h, na Rádio Bandeirantes, AM, do Rio, 1360 khz.

Jornal dos
economistas

Órgão Oficial do
CORECON - RJ E SINDECON - RJ

ISSN 1519-7387

Conselho Editorial: Gilberto Alcântara, Gilberto Caputo Santos, José Antônio Lutterbach Soares, Paulo Mibielli, Paulo Passarinho, Rafael Vieira da Silva, Rogério da Silva Rocha e Ruth Espínola Soriano.

Editor: Nilo Sérgio Gomes
Correio eletrônico: nilosgomes@uol.com.br

Ilustração: Aliedo

Caricaturista: Cássio Loredano

Diagramação e Finalização:

Rossana Henriques (21) 2462-4885

Fotografia: Samuel Tosta

Fotolito e Impressão: Tipológica

Tiragem: 13.000 exemplares

Periodicidade: Mensal

Correio eletrônico: seapo@corecon-rj.org.br

As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ

Av. Rio Branco, 109 • 19º andar

Rio de Janeiro • RJ • Centro • CEP 20054-900

Telefax: (21)2232-8178 ramal 22

Correio eletrônico: corecon-rj@corecon-rj.org.br

internet: <http://www.corecon-rj.org.br>

Presidente: José Antônio Lutterbach Soares • **Vice-presidente:** João Manoel Gonçalves Barbosa •

Conselheiros Efetivos: Carlos Henrique Tibiriçá Miranda, José Antonio Lutterbach Soares, Renata Leite Pinto do Nascimento, Ceci Juruá, João Manoel Gonçalves Barbosa, Nelson Victor Le Cocq d'Oliveira, Ronaldo Raemy Rangel, Francisco Bernardo de Arantes Karam • **Conselheiros Suplentes:** Gilberto Alcântara da Cruz, Jorge de Oliveira Camargo, Rogério da Silva Rocha, Julio Flavio Gameiro Miragaya, Gilberto Caputo Santos, Arthur Câmara Cardozo, Mario Luiz Freitas Lemos, Eduardo Carnos Scaletsky.

SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ

Av. Treze de Maio, 23 • Grupos 1607/1608/1609

Rio de Janeiro • RJ • CEP 20031-000

Tel.: (21)2262-2535 • Telefax: (21)2533-7891 e 2533-2192

Correio eletrônico: sindecon@sindecon.org.br

Coodenador Geral: Paulo Passarinho • **Coordenador de Assuntos Institucionais:** Sidney Pasotto •

Diretores de Assuntos Institucionais: Ronaldo Rangel, Ceci Juruá, Rogério da Silva Rocha, Rafael Vieira da Silva, Nelson Le Cocq, Antônio Melki Jr e Eduardo Carnos Scaletsky • **Coordenador de**

Relações Sindicais: João Manoel Gonçalves Barbosa. **Diretores de Relações Sindicais:** Júlio

Miragaya, Gilberto Caputo Santos, Sandra Maria de Souza, Carlos Tibiriçá Miranda, José Fausto Ferreira, César Homero Lopes, Neuza Salles Carneiro e regina Lúcia Gadioli dos Santos • **Coordenador de**

Divulgação e Finanças: Gilberto Alcântara da Cruz • **Diretores de Divulgação e Finanças:** Wellington

Leonardo da Silva e José Jannotti Viegas • **Conselho**

Fiscal: Ademir Figueiredo, Luciano Amaral Pereira e Jorge de Oliveira Camargo.

DEBATE Mauro Osório*

A fusão: equívocos e memória

O território da cidade do Rio de Janeiro nasce unificado ao da Velha Província, ocorrendo a separação em 1834, quando da transformação da capital do Império em município neutro.

A partir da Proclamação da República, o município neutro passa a Distrito Federal, forma de organização institucional que se mantém até 1960. Com a transferência da capital para Brasília, e conforme previsto nas Constituições de 1891, 1934 e 1946, é criado o Estado da Guanabara.

A idéia da fusão entre a cidade e o estado do Rio de Janeiro apresenta-se de forma mais constante nos debates parlamentares e na mídia a partir do início da segunda metade dos anos 50, tendo em vista o processo de criação de Brasília que começa a ser articulado por Juscelino Kubitschek.

No final dos anos 50, a defesa da fusão passa a ser feita hegemonicamente pelo órgão representativo dos industriais da cidade do Rio de Janeiro. Esta preocupação surge apoiada na idéia de se construir um contraponto ao dinamismo apresentado pela indústria paulista, no período JK, e na suposição de que estaria ocorrendo uma importante migração de indústrias da cidade do Rio de Janeiro para o antigo estado do Rio, tendo em vista a dificuldade de espaços na

cidade, uma “cabeça sem corpo”.

Em 1974, em pleno regime militar, ocorre a fusão, tendo como um de seus argumentos centrais o diagnóstico da Federação das Indústrias do Estado da Guanabara e dentro de uma estratégia geopolítica de Golbery e Geisel, de descentralizar territorialmente o desenvolvimento econômico brasileiro.

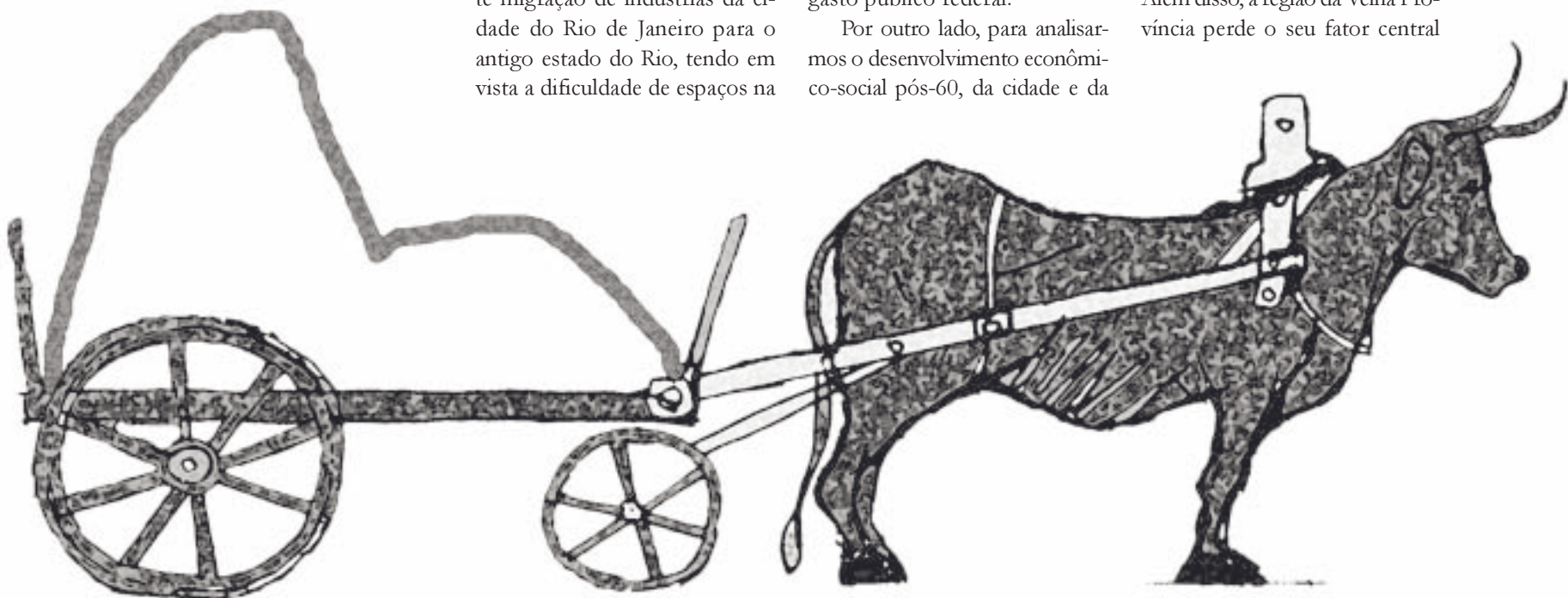
A idéia da fusão, que hoje encontra na sociedade uma difusa visão negativa, apresenta, inicialmente, em 1979, um diagnóstico positivo no trabalho referencial de Ana Maria Brasileiro intitulado *A fusão: análise de uma política pública*. Entendo que a visão negativa atual sobre a fusão tenha correlação com o fato de, logo após a implantação da mesma, ter ocorrido a crise dos anos 80, que atinge sobremaneira a cidade do Rio de Janeiro, e mesmo o antigo estado do Rio, por terem atividades econômicas fundamentalmente voltadas para o mercado nacional e apresentarem grande dependência do gasto público federal.

Por outro lado, para analisarmos o desenvolvimento econômico-social pós-60, da cidade e da

região da Velha Província, é necessário entendermos que o dinamismo desses dois territórios advém da história de “capitalidade” da cidade do Rio de Janeiro. Com a transferência da capital, torna-se necessária a formulação local de estratégias adequadas de desenvolvimento econômico, o que efetivamente não ocorre até os dias atuais.

Nos tempos da Guanabara

Nos anos de existência da Guanabara, apesar da importante modernização ocorrida nos governos Lacerda e Negrão – esses dois governos, bem como o de Chagas Freitas, apresentam equivocadas estratégias no que diz respeito à política regional de desenvolvimento econômico. O estado do Rio, por seu turno, enfrenta uma instabilidade institucional a partir da morte de Roberto da Silveira em 1961 – então governador desde 1959 – e do fato de os governos entre 1960 e 1974 apresentarem uma média de permanência de apenas dois anos. Além disso, a região da Velha Província perde o seu fator central



gerador de crescimento econômico, pós-ciclo cafeeiro: os investimentos federais realizados através da criação, por exemplo, da CSN, Álcalis, FNM e REDUC.

Os equívocos nas estratégias de fomento econômico regional nos governos Lacerda, Negrão e Chagas Freitas resultam do fato de estes três governos terem assumido o precário diagnóstico realizado pela representação patronal da indústria da GB, de que o antigo ERJ viria crescendo nos anos 40 e 50 acima da média nacional pela existência de uma importante migração de indústrias para aquela região, em vista da



falta de terrenos na cidade do Rio de Janeiro, o que efetivamente não ocorre, fazendo com que esta política apresente em 1974 um rotundo fracasso.

Posteriormente, no governo Faria Lima, a preocupação centra-se, do ponto de vista econômico, no setor agrícola, apesar de o mesmo apresentar uma mínima participação no PIB da região fluminense. No mesmo sentido, os governos posteriores não apresentam uma correta e abrangente política de desenvolvimento regional, como a que ocorre, por exemplo, em Minas Gerais, a partir dos anos 40, com a criação de instituições como o BDMG, a Fundação Indi, Fundação João Pinheiro, o apoio ao fomento regional dado pela Cemig, a criação na UFMG de um centro de pesquisa econômica voltado para a questão regional – o Cedeplar – etc.

Clientelismo

Entendo que a ausência de estratégias regionais adequadas de desenvolvimento econômico-social na Guanabara e, posteriormente, no novo estado, deriva centralmente da história de “capitalidade” de seu núcleo central, o que faz com que os hábitos e atenções se voltem para a temática nacional, dedicando-se pouca reflexão à questão regional.

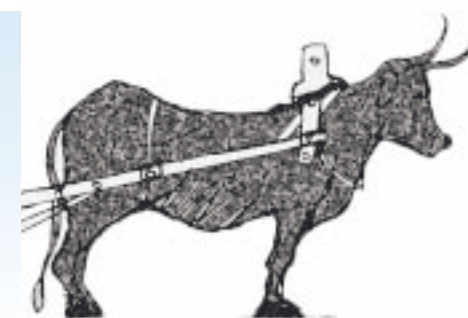
Isto pode ser visto, por exemplo, a partir da expressão de Arnaldo Niskier, existente no trabalho *Rio Ano 2000*, realizado em 1970, no qual afirma que o cari-

Por último, é importante apontar a equivocada idéia de que nesta cidade e na Velha Província nunca teriam ocorrido maiorias políticas, pró-fusão, no correr do século XX. Com relação a isso podemos apontar que, em 1956, ocorre uma moção de apoio pró-fusão na Câmara de Vereadores do então DF, por ampla maioria dos líderes partidários, dentre os quais podemos destacar os do PTB, da UDN e do PSB.

Além disso, a Constituição do antigo Estado do Rio, de 1948, propõe que ocorra a fusão das duas regiões, quando da mudan-

que levam, por exemplo, ao reforço da idéia de um *Rio-perseguido* – herança da época em que o Poder Federal intervém na vida política da cidade, não permitindo a existência de eleições diretas para a representação municipal, e buscar entender, ao contrário de *perseguição*, o fato de não conseguirmos obter recursos disponíveis na área federal, face o governo estadual não apresentar projetos, conforme repetidamente noticiado na mídia, não só relativamente ao atual governo como também a anteriores.

Analisar, não como *perseguição*,



Mais do que transformar a fusão em uma “Geni”, devemos realizar uma reflexão sobre as razões que levam essa região a apresentar, no período pós 1960, críticas taxas de crescimento e emprego no quadro federativo brasileiro

oca descobre, ao final dos anos 60, que com relação ao conhecimento local “não passa de um turista apressado”.

Não podemos deixar de considerar, contudo, que as cassações políticas ocorridas nos anos 60, que atingem sobremaneira a Guanabara pelo peso que nela têm o PTB e a UDN (legenda também atingida por cassações na cidade do Rio de Janeiro, dada a liderança de Carlos Lacerda, que rompe com o regime militar e cria a Frente Ampla) abrem espaço para uma importante hegemonia da política de clientela de Chagas Freitas – na cidade e posteriormente no estado. Nesse sentido é curioso apontar a declaração da governadora Rosinha Garotinho, publicada no jornal *O Globo*, de 10 de outubro de 2003, de que na região fluminense, após o chaguismo e o brizolismo, “por que não o garotismo?”.

Podemos, ainda, sublinhar que no mais significativo debate existente na mídia nos anos 50, sobre os rumos da cidade e estado do Rio de Janeiro a partir da mudança da capital, realizado pelo jornal *Correio da Manhã*, entre julho e agosto de 1958, observa-se uma visão hegemônica pró-fusão entre os políticos e intelectuais consultados.

Perdendo a juventude

Dessa forma entendo que, mais do que transformar a fusão em uma “Geni”, devemos realizar uma reflexão sobre as razões que levam essa região a apresentar, no período pós 1960, críticas taxas de crescimento e emprego no quadro federativo brasileiro.

Entendo ainda que deveríamos sair da precariedade e primarismo das análises existentes,

o fato de o estado do Rio de Janeiro apresentar hoje as mais elevadas taxas de homicídio, entre jovens de 18 a 24 anos, e ao mesmo tempo o poder judiciário da região vir diminuindo o número de varas criminais, devido a não organização e encaminhamento de processos pela polícia estadual.

Assim, a questão central para os habitantes da cidade e do estado do Rio de Janeiro não é um debate sobre *fusão* ou *desfusão*, realizando-se inclusive um eventual plebiscito sobre a questão; mas, sim, buscar um aprofundamento da análise dos fatos que levam a região a apresentar dramáticos indicadores econômico-sociais, no período pós-60, principalmente a partir da década de 70, com a consolidação de Brasília. ■

* Professor da UFRJ. Doutor em Planejamento Urbano e Regional pelo IPPUR/UFRJ.

ESPECIAL Blanca Muster Infante* e Ruth Espínola Soriano**

Cuba: um processo de ajuste não neoliberal¹



Cuba comemora 45 anos da Revolução, sendo o único país socialista do Ocidente. Apesar das dificuldades que a ilha tem enfrentado, especialmente, na última década, ela apresenta índices sociais superiores aos das nações mais ricas do continente, a saber: esperança de vida de 76,5 anos; a nação mais alfabetizada da América Latina; um médico para cada 147 habitantes; sistema de educação e de saúde inteiramente gratuitos; licença maternidade de um ano, podendo ser transferida para o pai; número de parlamentares mulheres de quase 50%; população economicamente ativa de 4,5 milhões de pessoas, dentre as quais 30 mil trabalhadores na área científica e um indicador de vanguarda científica de um a cada 11 mil habitantes.

Não é de se estranhar que até a década de 1980 Cuba tenha concentrado suas relações econômicas com os países do bloco socialista, especialmente concretizada na integração, em 1972, no Conselho de Ajuda Mútua Econômica. No entanto, no começo da década de 90, Cuba teve que se confrontar com os efeitos derivados da dissolução do bloco socialista e do colapso da União Soviética, assim como com o endurecimento do bloqueio do governo dos Estados Unidos. Tais eventos deixaram o país em extrema vulnerabilidade, resultando em uma profunda depressão refletida na queda do PIB em mais de 30%, entre 1990 e 1993.

O governo cubano tem despendido esforços rumo à abertura e reinserção econômica na América Latina e no Caribe, mesmo ciente da dificuldade de se confrontar com a forte presença estadunidense na região. Para isto, o Governo Castro tem procurado avançar mais no processo de integração bilateral ou sub-regional, já que Cuba fora e segue sendo excluída das negociações da Área de Livre Comércio das Américas (Alca), desde os anos 90. Neste contexto, ganha relevância a hipótese de Cuba lograr um acordo tipo 4+1 com o Mercosul.

Este quadro explica a constante tentativa de Cuba em reestruturar suas relações econômicas com economias de mercado. No entanto, como pode ser observado no quadro abaixo, nem sempre isto é possível. Em 1985, a desconcentração não foi possível devido ao efeito combinado de vários fatores, entre eles o ciclo recessivo capitalista nos anos 80, as pressões políticas advindas dos EUA e sérios problemas decorrentes da falta de liquidez inter-

nacional e da conseqüente desaceleração do crescimento econômico em Cuba.

Enquanto país em desenvolvimento, de pequeno porte e com economia aberta, a ilha governada por Fidel Castro tem optado por manter o controle de suas principais variáveis de funcionalidade social e política da revolução socialista e, ao mesmo tempo, buscado realizar novas relações comerciais com países capitalistas. Desta maneira, Cuba responde à crise impondo um choque externo, via racionalização da oferta e uma restrição gradual e equitativa do nível de consumo de bens e serviços, tanto pessoais como sociais. O ajuste no consumo ocorreu pelo lado da oferta, permitindo usar os instrumentos de racionalização do consumo já existentes no país para repartir de maneira equitativa as necessárias restrições sobre a população.

Cuba optou pela desvalorização oficial de sua moeda para a correção de desequilíbrios macroeconômicos, ação que conduziu a um aumento indiscriminado dos preços dos bens e serviços no país e que, por sua vez, pressionou a manutenção das conquistas sociais básicas da Revolução Cubana (saúde e educação gratuitas e universais, seguridade social, habitação popular etc.) as quais, se não tivessem sido mantidas poderiam vir a debilitar o consenso político em que se baseia o sistema socialista.

O aumento das taxas de juros, a partir de 1981, para empréstimos internacionais, impactaram negativamente a economia cubana, pois ainda que parte significativa da dívida do país fosse com credores de países socialistas, a ilha tinha gerido e obtido êxito com negociadores de países europeus (basicamente

Dinâmica estrutural das relações econômicas de Cuba – 1965/1985

Origem das relações comerciais/ano	1965	1975	1985	1995
Países socialistas	77,2%	59,9%	86,3%	24,5%
Economias de mercado/ América Latina	22,8% / 0,3%	34,2% / 2,6%	13,7% / 3,2%	45,1/ 30,4%

Fonte: Revista de Estudos Internacionais da Universidade do Chile, n. 103, julho-setembro de 1993.

do Clube de Paris), dívida que, nos anos 80, chegou quase a US\$ 3 bilhões.

Não obstante, Cuba tem demonstrado uma posição criativa e interessante quanto ao pagamento de sua dívida externa, ora reprogramando-a, em acordo com os credores internacionais (1983 e 1986), ora fechando quaisquer possibilidades para a obtenção de novas linhas de crédito. As inovações também acontecem quando da utilização de parte da dívida por exportações de bens, e ainda quando Cuba converte parte de sua dívida (caso do México) em ativos de investimentos mistos.

A força do turismo

Vale apresentar com destaque o desempenho do turismo em Cuba, setor motor da economia, responsável atualmente por 42% da riqueza gerada na economia. Em 10 anos e apesar do bloqueio estadunidense, Cuba se destaca dentre o grupo de países da América Latina e do Caribe que recebe mais de um milhão de turistas ao ano. Especialistas afirmam que o turismo passou a ocupar o papel dinâmico da economia e que tem reanimado outros setores, tais como: construção civil, agricultura, indústria alimentícia, artesanato, infra-estrutura, comunicações.

A partir do quadro abaixo, é possível notar que em 14 anos o número de turistas que visitaram a ilha caribenha mais que quintuplicou. Esta tendência pôde ser observada nos resultados de maio do corrente ano, mês em que a indústria turística cubana comemorou o primeiro milhão de viajantes, apostando que terá consolidado em 2004 a cifra de 2 milhões de turistas, dentre eles cerca de 100

mil estadunidenses. Dados consolidados de 2003 apontam que “a ilha recebeu 1,9 milhão de visitantes na alta temporada, recorde, até então, cuja receita chegou a cerca de US\$ 2 bilhões, 16% a mais do que em 2002”. A dinâmica da indústria turística cubana só foi parcialmente interrompida em 2002, em que o país sofreu com os efeitos dos ataques terroristas aos EUA, em 11 de setembro de 2001.

Vale a pena conhecer mais a fundo algumas medidas orientadas a promover as mudanças estruturais e funcionais, assim como para corrigir desequilíbrios macroeconômicos:

- Despenalização da posse de divisas e legalização do dólar nos canais de circulação monetária (Decreto Lei 140, maio de 93). Esta lei objetivou tanto que o Estado pudesse captar para fins sociais o volume de divisas que já circulava no país, no cerne da expansão turística internacional, como para promover abertura da economia ao capital estrangeiro e a entrada de remessas ao país. Para tal fim foi aberta uma rede de lojas cujas vendas seriam em divisas;

- Ampliação da modalidade de trabalho por conta própria (Decreto Lei 141, setembro de 93). Este conceito pretendia, por um lado, abrir uma fonte de ocupação alternativa ao que as estatais podiam ofertar (a depressão evidenciou a incapacidade de gerar novas ocupações) e, por outro lado, viabilizar a oferta alternativa de alguns bens e serviços que permitam à população satisfazer-se em algumas necessidades não consideradas essenciais. Adiciona-se ainda que estes novos setores da economia seriam objeto de uma nova política tributária, a qual contribuiria para a geração de novas receitas, compensando o comporta-

mento deficitário do orçamento cubano;

- Criação de Unidades Básicas de Produção Cooperativada (Decreto Lei 142, setembro de 93). As UBPCs são entidades de trabalhadores do campo, as quais se dão o conceito de co-propriedade aos meios de produção agrícolas (exceção da terra que permanece como propriedade social de todo o po-

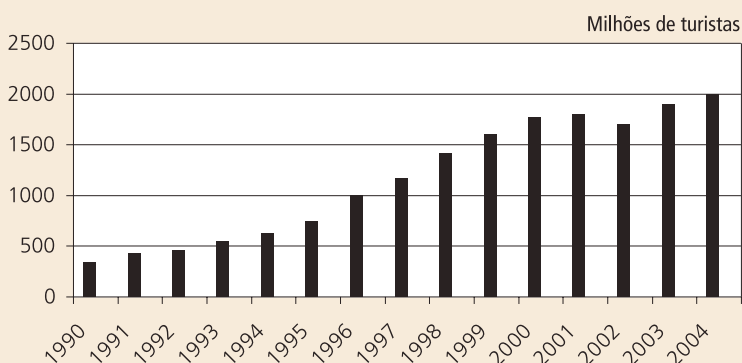
vo, estatal). Esta medida objetivou oferecer um sentido mais adequado ao conceito da propriedade social sobre os meios de produção no setor agrícola, como também consiste em melhorar a direção e gestão econômico-administrativa e funções diretivas essenciais de qualquer unidade produtiva.

- Estabelecimento do Sistema Tributário Nacional (Lei de 13 de agosto de 94). Desde a instauração do socialismo em Cuba, a economia se concentrava apenas na cobrança de impostos. Esta particularidade deveu-se, por um lado, à diminuição do papel do mercado e às elevações monetário-mercantis ocorridas nos anos 60, assim como ao forte componente estatal de Cuba. No entanto, com o processo de reforma e de abertura econômica, esta situação modificou-se substancialmente, a saber: as empresas mistas e associações econômicas com o capital estrangeiro, as UBPCs, os trabalhadores por conta própria e a descentralização da gestão empresarial. Por sua vez, o déficit fiscal que determina o equilíbrio macroeconômico do país, requeria uma medida urgente, visando a implementação de uma política impositiva que permitia balancear o comportamento das receitas e gastos do orçamento.

- Modificação de Preços e Tarifas (Acordo do Conselho de Estado e do Conselho de Ministros, maio de 94). Esta medida de alguma maneira complementava a anterior, tanto em termos econômicos como educativos. Certamente ocorreu aumento de alguns preços de bens e serviços à população, mas, diferentemente do que acontece na maioria dos países de América Latina, em Cuba o aumento dos preços é muito seletivo (basicamente abrange bebidas alcoólicas, cigarros, superconsumo de água e de eletricidade etc.) e não constitui instrumento para a distribuição e redistribuição de renda nacional a favor de certos setores econômicos. É, sim, um mecanismo a contribuir para o saneamento financeiro de uma economia socialista.

- Lei de Investimento Estrangeiro (Lei 77, setembro de 95). Mesmo tendo, desde 1982, uma legislação para promover o investimento estrangeiro no país (Decreto Lei 50, de 1982), foi apenas no final dos anos 80 que se concretizaram as primeiras empresas associativas entre as cubanas e o capital estrangeiro, tornando-se prática mais dinâmica na década de 90, apesar do obstáculo que significa o bloqueio econômico do governo dos EUA e a situação de crise econômica cubana.

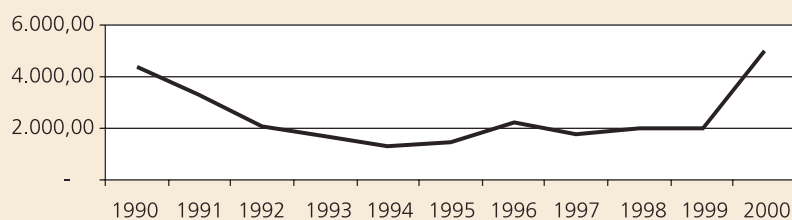
Evolução anual da indústria de turismo de Cuba 1990/2004*



Fonte: Cifras de la economía cubana, 1989-1997 e ONE. Panorama Económico e Social de Cuba. Dados de 2001-2004, Folha de São Paulo de 31.05.2004.

* Para 2004 foi utilizada estimativa do Ministério de Turismo de Cuba.

Fluxo de Investimento Externos - US\$ Bilhão



Fonte: Centro de Preparação Gerencial. Escola Superior do PCC "Nico López". "Cifras de la economía cubana 1989-1997" CEEC. "La economía cubana en el 2000. Desempeño macroeconómico y transformación empresarial. Abril, 2001.

Restaurando o equilíbrio

Os primeiros efeitos do processo de reforma aparecem em 1994. Naquele ano não apenas cessou a tendência de queda da atividade econômica, como também marcou o início de recuperação, adicionando-se os efeitos adversos do bloqueio estadunidense e as constantes crises financeiras internacionais.

Interessante observar o balanço da economia cubana no biênio 1999-2000 para melhor entender os efeitos das reformas. Segundo o presidente da Comissão de Assuntos Econômicos da Assembléia Nacional do Poder Popular houve um "crescimento no período de 6,2% do PIB, superando as mais altas taxas da América Latina e do mundo neste ano". De igual modo, "a produtividade do trabalho cresceu em 5,4%, superando claramente o crescimento projetado de 1,6%".

O setor agropecuário em seu conjunto cresceu 15,1%, onde a parcela da cultura de cana-de-açúcar representou incremento de 11,8%. As finanças internas consolidaram um bom comportamento dos últimos anos, alcançando, em 1999, um déficit de apenas 2,4% do PIB cubano, valor que se destoa do consolidado da América Latina, que apresentou um déficit de 3,2% do PIB.

Em 2000, a economia cubana apresentou um crescimento de 5,6%², igualmente acima do crescimento médio da América Latina e do

Caribe que, em seu conjunto, segundo a Cepal, foi de 4,0%. Em termos absolutos, a taxa de crescimento representa um PIB de US\$ 16 556 400, representando 85% do nível que a economia detinha em 1989³. O equilíbrio fiscal se manteve dentro dos parâmetros

planejados e representa cerca de 2,7% do PIB⁴.

Para Cuba, a restauração do equilíbrio macroeconômico tem um duplo sentido: um, a partir de uma leitura quantitativa e outro, qualitativa. A primeira dimensão é importante porque expressa a força do país frente a um contexto internacional adverso, evidenciando para o mercado mundial e investidores estrangeiros a seriedade e sustentabilidade do processo de recuperação econômica da ilha.

A importância da segunda dimensão está na restauração de importantes conceitos macroeconômicos realizada por um país socialista, em que se partiu do princípio de que "o Estado é o principal agente indutor e promotor do desenvolvimento e que, de fato, qualquer tipo de transformação, tanto produtiva, institucional ou estrutural, não seria viável nem sustentável no tempo, sem a requerida coesão social da população"⁵. Associado a este aspecto é fato que, em Cuba, a recuperação econômica tem uma significativa repercussão social expressada pela estabilidade e melhoria das conquistas sociais alcançadas pelo país nas quatro décadas da Revolução.

Neste sentido, Cuba constitui um caso atípico na América Latina, uma região que parece poder "melhorar" seu comportamento macroeconômico a um alto custo social verificado num estancamento das conquistas sociais, trabalhistas, ou mesmo num retrocesso de muitas delas aos níveis dos anos 60 e 70.

Em termos comerciais, houve uma mudança substancial tanto no destino das exportações cubanas como nas origens das importações, tal qual pode ser observado nos quadros abaixo. Igualmente, no presente decênio observa-se o retorno da estratégia de diversificação do comércio exterior e das relações econômicas internacionais, permitindo que Cuba reduza a vulnerabilidade que a concentração em apenas um mercado traz inerentemente; assim como permite que a ilha crie melhores condições para concretizar o exercício da soberania nacional.

Vale salientar que a mudança foi também estrutural, já que as receitas procedentes do comércio exterior aumentaram especificamente no setor de serviços e diminuíram significativamente no comércio de bens, conforme o quadro a seguir. Como explicar isto? Cuba está transitando para uma economia de serviços e a indústria e a agricultura não são os setores principais. O turismo e as comunicações são setores que incrementam mais o PIB, atualmente.

Modificação na estrutura das receitas do Comércio Exterior nos anos 90

Origem das receitas/ano	1989	1998
Transformações	6%	16%
Serviços	11%	45%
Bens	83%	39%

Fonte: Instituto Nacional de Investigações Econômicas de Cuba. Dezembro, 1999.

Pretendo terminar com um parágrafo enfatizando o exemplo para o Brasil da reforma cubana sem perdas sociais, e citar a frase inscrita no Aeroporto José Martí, em Havana: "esta noite, milhões de crianças dormirão nas ruas do mundo. Nenhuma delas é cubana". ■

* Economista do Centro de Investigações da Economia Mundial de Cuba e professora de Economia Política da Universidade de Havana. Correio: blanca@ciem.cu

** Economista do PACS – Políticas Alternativas para o Cone Sul, mestranda em agricultura, sociedade e desenvolvimento pela UFRJ. Correio: Ruth@pacs.org.br

Reorientação geográfica do Comércio Exterior de Cuba, 1989-1998

Regiões	1989	1998	2003
Europa	87,7 %	41,1 %	42 %
América latina y el Caribe	5 %	30,6 %	37,4 %
América del Norte	0,6 %	10 %	14,1 %
Ásia	5,7 %	14,1 %	6,6 %
Outros	1 %	4,1 %	0,9 %

Fonte: Instituto Nacional de Investigações Econômicas – INIE/Cuba. Dezembro, 1999.

1 Texto baseado em artigo da prof. Blanca Muster Infante, da Universidade de Havana, com tradução, síntese e contextualização da economista Ruth Espínola Soriano.

2 CEEC. La economía cubana en el 2000. Desempeño macroeconómico y transformación empresarial. Abril del 2001. Pág. 6.

3 CEPAL. Balance Preliminar de la Economía de América Latina y el Caribe, Santiago de Chile, 2000.

4 CEEC. Idem anterior.

5 INIE. "As funções do estado e o planejamento. O caso de Cuba". Março de 2000. Pág. 9.

DIA DO ECONOMISTA Maria da Conceição Tavares

“Não basta ser

Publicamos, a seguir, a palestra da professora Maria da Conceição Tavares, no Dia do Economista, 13 de agosto, em que foi homenageada juntamente com os professores Carlos Lessa e João Paulo de Almeida Magalhães, pelo Corecon-RJ e pelo Sindicato dos Economistas.

Esta semana bateu em minhas mãos o livro do Dias Leite, que como todo mundo sabe foi meu professor na Escola, aliás, dos professores da Escola eu tenho a impressão que é o único vivo. E por mais que ele tenha sido ministro de Minas e Energia, junto com Delfim Neto, no auge do regime militar, o livro é interessante. Chama-se “A Economia Brasileira – de onde viemos e onde estamos”.

De onde viemos, evidentemente, na descrição do período militar o Dias Leite, como é engenheiro, bota dados, muitos dados, ele é muito pouco dado à subjetividade; ele é bem engenheiro, o que é ótimo. Oxalá os outros engenheiros economistas, qual seja Mario Henrique Simonsen e Pedro Malan, tivessem seguido o caminho. Não. Esta dobradinha engenheiro/economista é uma praga, que é para não ficarmos tristes. Nós já somos uma profissão meio atrapalhada, mas digamos que os dublês têm dado cada contribuição que vou lhes contar...!

Sobre o período autoritário, eu fui pegar minha tese de doutorado, que terminei de escrever em dezembro de 78, e que acaba assim: oxalá, escapemos do vendaval, desta vez não como uma ilha de prosperidade (que, como eles diziam, a gente tinha feito na década de 70), mas tão pouco como um baluarte da velha ordem em ruínas. Até porque, analiticamente, não temos como prever o que vai acontecer com os chamados países em desenvolvimento, aliás, com o mundo subdesenvolvido, com a mudança dramática que estava na cara que iria ocorrer. O pessoal só entende depois que já aconteceu. Então, cai

não sei o quê, se diz: “ah, caiu!”. Teve o segundo choque do petróleo e eles: “ahnn...”.

Só que, como vocês sabem, sou meio farejadora, e em geral vejo pelo menos um ano antes, o que é legal – legal, nada!, porque aumenta o sofrimento. Não tem nada de legal, não serve para nada. Essa coisa de tocar a campainha, feito poeta ou feito o caminhan-te que vai para o Caminho de Santiago sabendo que vai encontrar a cruz, não é legal. Mas eu não me queixo, não. Tenho energia suficiente para agüentar os percalços, ou, então, acreditar naquilo que se chama a “a dialética da derrota”: de derrota em derrota até a vitória final.

E termino (a tese) com a seguinte frase, que acho puramente verdadeira: “o que é que ainda mantém a esperança?” Isso, naquela altura. Estávamos na barbárie, não tinha começado para valer a campanha da anistia, não estava nada claro; só tinham começado as conversas e os convescotes em São Paulo (que é sempre em São Paulo que começa, infelizmente) sobre a coisa da democracia e a famosa transição, lenta e insegura do Governo Geisel.

Eu, pessoalmente, já tinha ido para a cadeia, sem nem saber bem porquê, dado que sou apenas uma rebelde: pelo que escrevo, pelo que esbravejo, pelo fato de dar entrevista na televisão de madrugada, que só chofer de táxi e prostituta vêm, mais ninguém (que, aliás, colaboraram bastante para a minha votação em 94). Então, só pode ser, quer dizer, como uma coisa completamente grotesca, porque não tive nada a ver com a luta armada, minha arma era um exílio voluntário, do qual pouco escapei



progressista...”

por ser professora da UFRJ, porque se não fosse aquele exílio, ou por razões pessoais, etc., teria tomado na cabeça porque estávamos, na universidade, em plena discussão da reforma universitária, com metade dos meninos do diretório metida na cadeia ou morta... Portanto, estava complicado.

Malan: dívida sem crescimento

Qual é a minha visão do período? Aliás, qual é a minha visão desse processo de industrialização, que já vem desde 30? É a seguinte: cada vez que há uma onda de liquidez internacional e nós nos metemos, que nem cães babando a tomar o dinheiro (e esse foi o caso da década de 70, que tinha euro-dólar, petro-dólar, etc.), dá um bote! Então, faço um retrospecto, digo o que o Delfim fez, o que o Mário fez, que foi muito pior, porque aí botou realmente para quebrar com essa maldita ciranda financeira, mandou taxa de juros lá para cima e endividou as estatais, o que está na raiz da quebra delas e do sucessivo processo de privatização.

E mais do que isso. Quando, em 1979, na reunião do Fundo Monetário, onde o Volcker avisou (estava no Governo Carter) que já estava subindo juros, que não ia topar a proposta de que o dólar não seria moeda internacional, ele (Mário Henrique) percebeu o que ia acontecer. Aliás, ele e o Beluzzo, que estava lá também. Só que ele voltou, pediu demissão e passou a bola para o Delfim. Foi isso que aconteceu. O resto é conversa para boi dormir.

Uma das minhas desvantagens é que eu conheço todas as elites do poder neste país, porque fui aluna, ou fui colega, ou professora, ou, até no PT, também conheço todos, embora tenha sido pouco professora deles, o que talvez explique a dificuldade que tive no começo para explicar do que se tratava...

É um trabalho complicado, o chamado pensamento liberal não entra na cabeça à toa, o PT tem horror ao Estado, tinha, sobretudo os paulistas. Os paulistas, por causa dessa coi-

A tragédia é você ver tipo um cara como o Malan, que era um excelente economista, é o autor do “Crescimento com endividamento”, e o que foi que ele fez? “Debt sem growth”!



sa da briga paulistas, que são sempre liberais, contra o Rio de Janeiro, que sempre são “estatistas, desenvolvimentistas”, independentemente de serem progressistas ou conservadores – está aqui um que é progressista, o Lessa, e está lá o Dias Leite, que foi um conservador, ministro do regime Médici. Não importa, aqui o pessoal se preocupa com o desenvolvimento, o que não deixa de ser uma ironia porque o Rio não tem desenvolvimento.

E São Paulo que, sim, tem, que é o centro do capitalismo, e que tem tudo – universidade, mídia, desenvolvimento agrícola, desenvolvimento industrial, banco, pois até a praça financeira carioca levaram, enfim, eles têm tudo. E eles acham que têm problemas, e quando precisam de liquidez e oferta vão lá e pegam; e quando precisam socializar os prejuízos, o Estado socializa. Então, eles realmente são terríveis. Eles sempre se valeram do Estado e nunca levaram a sério nenhuma política de regulação e intervenção. Nenhuma! São visceralmente liberais. Sem nenhuma ofensa, não é uma coisa de regionalismo, é um dado da realidade.

E nós, nisso, somos azarados, porque evidentemente eles têm uma concentração econômica, têm poder político de mídia e com universidades poderosas como a USP. Mesmo que tenham a Unicamp, ela, a Unicamp nasceu na contra elite – estamos nós aqui, que contribuímos para fazer aquela universidade, ser professor dos professores fundadores, não é verdade?

Eu e Lessa sempre fomos contra eles (a elite), essa é que é a verdade. Agora, tempo-

riamente, ele está no governo, está no poder; e quando hoje se diz que sou eu que o protejo, eu morro de rir. Tem paspalho que já me perguntou se ele não é meu discípulo: ele é um ano à minha frente!! Só que nunca escrevemos nada que não fosse paralelo. Como eles dizem, fazendo galhofa (porque as pessoas estão doidas), somos irmãos de espírito... Já tem até quem ache que somos de sangue! Em matéria de sangue, não funciona. E nem temos o mesmo temperamento, pois ele é muito mais bem educado do que eu.

Agora, qual é a tragédia? A tragédia é você ver tipo um cara como o Malan, que era um excelente economista, que foi o primeiro presidente do IERJ, que teve brilhantes economistas, que escreveu trabalhos excelentes, é o autor do “Crescimento com endividamento”, e o que foi que ele fez? “Debt sem growth”! (Dívida sem crescimento) Não é um negócio absolutamente absurdo um país deste? Tirando os velhos mestres, conservadores ou progressistas, que, em geral, não mudam de opinião...

Claro que o velho Furtado, que é o nosso mestre, não muda. Mas o Dias Leite também, não. Ele foi o primeiro a criticar o PAEG, em pleno regime militar, com consistência; ele criticou o Mário Henrique, pois sabia que aquilo eram besteiras. Ele disse que o PND era um exagero. Estava na banca do Lessa, concordou com o Lessa, e quando outros professores ficaram enchendo a paciência dele, dizendo que ele estava prevendo antes do tempo que o Plano ia ser um fracasso, ele disse que o PND era uma megalomania. Está claro?

Um malandro a cada década

Estou dizendo o seguinte: em nossa profissão não basta ser progressista. Eu, como já estou velha, estou cansada de ver progressista virar o fio. Ou por oportunismo, ou porque cansou, ou porque aparvalhou, coisa que eu já dizia, desde 68, em meu primeiro paraninfado: esse negócio de brilhar o olho, com 22 anos, é fácil. Quero ver é passar os 30, os 40, sem aparvalhar. Confesso que nunca julguei que alguém se vendesse depois dos 60, porque aí piorou, as minhas memórias pioram, mas é porque tem estado uma maré muito ruim...

Nós tivemos, ao mesmo tempo, uma mudança radical nas relações internacionais, e, desde o início, avisei: os americanos, ao contrário do que vocês dizem, a crise já passou!



Tem pelo menos uma vantagem nisso, porque o atual ministro não sabe mesmo, então por aí não tem conversa... Só que não pode ser culpado da nossa maldita ciência. “Ah, mas os assessores sabem...” Bem, isso é verdade, há os assessores, mas apesar de não saber, vocês acham que ele não é malandro? Imagina...

Aqui é o seguinte: imaginem o ministro, aquele que dizia não ter compromisso com a própria palavra, aquele do JK, o Alckmim, sabia alguma coisa de economia? Não. Mas era malandro. Portanto, malandro não incomoda tanto, eu acho. Sujeito convicto de seus princípios liberais conservadores já incomodou bastante no passado, mas, insisto, que os liberais conservadores que conheci na década de 50, 60, comparados com esses neoliberais de araque são um luxo! O que aconteceu

Não se podia continuar com o Delfim assinando 17 cartas de intenções com o Fundo Monetário, e mentindo. Eles aqui inventam um malandro a cada década

eles estão retomando a hegemonia. E vocês vão ver o que é bom para a tosse, pois, se esses caras obrigaram a ajoelhar o Mitterrand, o Japão, os alemães, como é que não iam obrigar a gente a se ajoelhar, imagina!? Nós, que já tínhamos ajoelhado...? Enfim, não se podia continuar com o Delfim assinando 17 cartas de intenções com o Fundo Monetário, e mentindo. Eles aqui inventam um malandro a cada década. Todos, depois, vêm com essa porcaria do saber, desde que não levem tanto a sério a nossa maldita ciência...

Pois não ouvi o Mário ir à televisão dizer que o Delfim não sabia economia!? Não vimos o Serra dizer que o Malan não sabia economia? Pode uma coisa dessas?! Quer dizer que o problema do Mário, do Delfim, do Malan é que eles não sabem economia? Estão brincando... Como não sabem economia...?

É que, dependendo da posição em que se está e dos interesses que se defende, se tem uma visão diferente, está claro? Então, não é o problema de saber ou não saber economia.

em 90? Nós degradamos muito o padrão da profissão. E nós perdemos a briga.

Em 70, a gente tinha um movimento de economistas, tinha a Unicamp, tinha prognósticos dados, o Pós da UFRJ, fundado lá fazem 25 anos, fizemos uma força danada e éramos, àquela altura, todos devem lembrar, aparentemente vitoriosos... A Fundação Getúlio Vargas não estava com nada e a PUC ainda não existia. A UFF tinha resolvido, então, ganhar dinheiro, o que incomoda menos porque não dá aula, vai ganhar dinheiro, não apoquentam os alunos, é claro.

Mas, na verdade, de geração em geração se mandou toda essa galera jovem fazer universidade nos Estados Unidos, fazer um título, fazer relações, ficam por lá um tempo, treinam, quando voltam, já não sabem a quantas anda, como diz o João Paulo de Almeida Magalhães, muito bem: mandam os meninos para lá e depois querem que eles entendam de Brasil? Sujeito fez a graduação em uma escola que já é alienada, depois vai para lá faz

um doutorado numa outra que é mais alienada, depois faz um estágio no Fundo Monetário ou no Banco Mundial, quando volta e desembarca ou na Fazenda ou no Banco Central a gente não pode esperar outra coisa.

Isso, portanto, é uma coisa que vai levar muito tempo, muito tempo. Mas as conjunturas nacional e internacional não dependem apenas das ideologias, nem das idéias. A força das idéias, às vezes, em determinadas conjunturas é importante. Ninguém está negando. Temos aí todos os netos, bisnetos da Revolução Francesa, que não nos deixam mentir, ou todos que participaram de revoluções populares gigantescas, da mexicana, da russa, mesmo quando tenha dado em engodo, depois.

Aliança decisiva

O que eu estou falando é o seguinte: a tradição do estágio de massas e com um grupo de intelectuais que reflete ou opera movimentos de ruptura existe, mas não é a frequente. Está claro? O capitalismo é um sistema muito elástico, e no caso brasileiro, o nosso capitalismo dependente, etc., com as elites que a gente tem, é para lá de elástico. Então, escola não cria craques!

A única coisa que vou dizer a vocês é o seguinte: primeiro, não desanimar; segundo, não se embandeirar, pensar que são gênios, que sabem qual é a solução do país. O país só terá solução se, efetivamente, for possível mais do que apenas uma aliança política (e essa aliança acabou de se fazer, com a eleição do Lula); se houver realmente uma pressão estrutural das populações que estão aí, e que estão pressionando, para se investir em direitos.

Eu acho que há uma consciência crescente do que significam direitos, tanto políticos quanto cidadãos. Consciência crescente, que não havia quando aqui cheguei. Eram uns convescotes das elites; então, não havia isso. Claro que isso não depende de nós, não fomos nós apenas, nem as sucessivas gerações de esquerda, nem os sucessivos movimentos sociais, nem as sucessivas organizações que botaram essa consciência. É uma coisa que vai vindo, vai amadurecendo e que a própria desordem da nova ordem mundial, da globalização provoca, porque ela provoca fraturas nas sociedades desenvolvidas.

Por mais que se tenha orgulho de ser americano, se há de convir que agora tem limites, não se deve estar tão orgulhoso das trapalha-

das que ele vem fazendo, e a miséria é total. Essa coisa de a miséria não ser um privilégio nosso, também está lá, essa coisa que as populações migram, mesmo com controle das migrações elas migram – são 10 milhões para atravessar a fronteira com os Estados Unidos – é uma pressão intolerável.

Isto e o fato de zonas historicamente pobres e submetidas ao imperialismo, como a Índia e a China – qualquer um desqualifica a Índia e a China: um porque diz que é um regime autoritário; outro porque inhém, inhém, inhém, ora, tenham paciência! – que são civilizações milenares, que foram secularmente oprimidas, com povos esmagados, é decisivo para o mundo e para a humanidade o que está ocorrendo lá, sim. É correto, sim, e não tem nada que ver com o terceiro-mundismo da década de 60, fazer uma política de aliança com eles. É decisivo. Está mudando a correlação de forças internacional por força da própria assimetria que o império gerou. Está mudando...

“Não desanimem”

A transição democrática passou, o que não passou é o tal do desenvolvimento sustentável. Quem não sabe disso? O que não passou é a miséria. Por mais que a gente queira, está triste. Até porque não se cresce, não se dá emprego... Como é que não vai ter miséria? E a distribuição de renda, lembram? Além da estagnação, o crescimento não garante uma boa distribuição de renda, ainda mais agora, quando em toda a parte do mundo há uma elite financeira, rentista, que abarca uma parte draconiana da riqueza mobiliária do mundo.

Logo, não é uma situação qualquer, e não depende apenas da vontade do homem, de um caudilho, de um predestinado. Não é isto! É uma luta contínua, coisa que vocês sabem que, às vezes, é interrompida. Olhem o que aconte-



Então, é essa a dose da década de 90, com déficit e endividamento, sem crescimento, fragilização da conta de capitais e a dívida externa que continua uma praga!



ceu na Itália. Imagina se você fosse italiano e tivesse, hoje, um Berlusconi no poder, depois de ter posto o cara na cadeia! Vocês estão entendendo, ou não? A luta ética e a luta política pelos direitos, pela emancipação, é uma luta contínua. E recém começou... Num outro dia dos anos 80 – para mim um período histórico.

Então, é o caso de se dizer o seguinte: não tem que desanimar.

Agora, é claro que ninguém é de ferro; e, de vez em quando, dá uma depressãozinha boa, até porque todos tendem a desenvolver o simbólico, e – é claro – que se elege o Lula, agora é pop. Mas não existe isso. Evidente que o Fernando Henrique passou qualquer limite, e nesse sentido fraudou a muitos dos seus aliados nas expectativas. Ninguém esperava que um intelectual progressista fizesse aquilo, foi um pouco demais.

Então, é essa a dose da década de 90, com déficit e endividamento, sem crescimento, fragilização da conta de capitais e a dívida externa que continua uma praga!

Por que vocês acham que somos o maior risco do mundo?

Ué, porque a nossa relação de endividamento e serviço da dívida *versus* exportação é péssima; não é *versus* o PIB! *Versus* o PIB é para dizer o quanto crescemos, mas PIB não

A transição democrática passou, o que não passou é o tal do desenvolvimento sustentável. Quem não sabe disso? O que não passou é a miséria.

paga a dívida, e depois não dá para pagar essa dívida. Então, há toda esta situação de endividamento, interno e externo (e eles retomaram a coisa de absorver a liquidez; foi o preço do Plano Real. Cansei de dizer, ainda bem que ganhei a eleição, mas não ajudei em nada, infelizmente).

O Plano Real enfrentou mares revoltos, mas não adiantou de nada, porque não se percebia. Inclusive, não acho que foi bom. O sujeito está em uma hiperinflação e baixa à inflação factível, quase desabou o moço, que não é economista, que não é bom, e aí pagam todos os segmentos. Baixam os preços, conversam e, nos primeiros anos, estava tudo bem, obrigado. E o povo contente, está claro?

Teve como contrapartida o resto. Imagine se o povo não percebeu? Virar mestre do povo? Eu nunca vi isto.

Eu sempre fui contra a elite, professora universitária, sou Brasil, sou! Está lá no Doi-Codi, onde eu dizia, sem nenhuma calma: mas quem é violento, aqui?

E quando aparecia na televisão, nos tempos que ninguém dizia nada, ficava lá pensando: não adianta, vou fazer o que? Enfrentar aqueles gravatinhas dizendo besteira? Vou dar uma porrada em um! Não tenho paciência! Enfrentar um gravatinha do mercado financeiro, inhém, inhém, inhém, ora bolas!!

A vocês quero dizer o seguinte: já estou velha e cansada, mas não desisti. Não desisti! Eu acho que tem que estudar mais, aprofundar a análise, batalhar. Mas não se deixem enganar. Se o Brasil, nesta conjuntura – que não é uma conjuntura simples – se conseguirmos perpassar os juros e ganhar por pênalti no último tempo, que foi como naquele jogo com a Argentina, já me dei por satisfeita. ■

* Na próxima edição, o texto da palestra do professor e presidente do BNDES, Carlos Lessa.

ARTIGO DO LEITOR Pedro Paulo Silveira Felicíssimo*

As vantagens comerciais entre o Mercosul e a África

A recente viagem do presidente Luiz Inácio Lula da Silva aos países africanos de língua portuguesa trouxe novamente ao cenário das relações internacionais, um ator que na década de 70 representou um parceiro comercial estrategicamente relevante ao comércio exterior brasileiro.

Explica-se. No auge da Guerra Fria, quando então os presidentes dos EUA, Richard Nixon, e o da extinta URSS, Leonid Brezhnev, ensaiavam uma distensão (*détente*) nas relações dos dois grandes blocos políticos e econômicos. O modismo para os

países em desenvolvimento era o de adesão automática no campo das Relações Internacionais às decisões de Washington ou de Moscou, e a política externa brasileira atuava de forma pragmática, isto é buscava resultados através do não alinhamento automático e de apoio ao grupo dos 77.

A formação do bloco dos não alinhados ou grupo dos 77, que incluía os países africanos e asiáticos, tornou-se posteriormente o embrião do Acordo do Sistema Global de Preferências Comerciais (SGPC), que procurava alternativas ao protecionismo comercial dos países desenvolvidos

através da aplicação de margens de preferência tarifária entre países em desenvolvimento.

Este foi um dos temas da recente XI Conferência da UNCTAD, realizada em São Paulo, a reativação e a reestruturação deste acordo, que alertou sobre os perigos de esvaziamento e desgaste político na regionalização crescente dos acordos comerciais, em sacrifício à multilateralização dos mesmos acordos, o que permitiria um maior poder de negociação em bloco aos países em desenvolvimento.

Setores beneficiados

O bloco africano conta com 55 países e cerca de 800 milhões de habitantes. Apesar dos baixos Índices de Desenvolvimento Humano (IDH) na região, a maioria dos países conta com grandes reservas de recursos minerais, além da carência em infraestrutura e de bens de consumo. Este quadro paradoxal é agravado pelo total “desinteresse” dos países mais industrializados e pela instabilidade política.

O Governo Lula vem resgatar e assegurar um lugar para o Brasil neste importante mercado e, sem dúvida, é a marca registrada de sua política externa implementada até aqui nestes dois anos. Segundo dados de 2000 da Câmara de Comércio Afro-Brasileira, os saldos comerciais do continente africano atingiram o déficit de cerca de US\$ 1,5 bilhão.

Com potencial exportador no continente há a África do Sul (US\$ 300 milhões), Angola (US\$ 100 milhões), Egito (US\$ 240 milhões), Marrocos (US\$ 140

milhões) e Nigéria (US\$ 250 milhões). Apresentam potencial importador, África do Sul (US\$ 230 milhões), Argélia (US\$ 1,5 bilhão) e Nigéria (US\$ 740 milhões).

Sem dúvida, os principais setores a serem beneficiados com um futuro acordo com o Mercosul serão o de serviços de engenharia, transportes, energia, comunicações e petróleo e o Brasil, no “comércio em duas mãos”, poderá contar com um importante mercado exportador de matérias-primas.

Têm-se cogitado nos meios diplomáticos e de comércio exterior a formação de um Bloco Econômico dos Países de Língua Portuguesa, porém, convém assinalar no âmbito da Unctad um acordo denominado de Tratado Relativo à Harmonização do Direito dos Negócios em África (Ohada), assinado por 14 países africanos, que pode vir a assinalar um importante marco inicial neste promissor relacionamento. ■

* Economista e consultor em Comércio Exterior.

Correio: felicissimotrader@yahoo.com.br



Desconto de 40% para assinar o jornal Valor Econômico? Só para os associados Corecon.

Assine por 1 ano Apenas 10x R\$37,50 por jornal com seu cartão de crédito ou débito em conta.

Sempre no seu jornal ✓ A opinião de articulistas renomados no cenário econômico nacional e internacional.

Sempre na sua assinatura ✓ Garantia de receber o jornal de segunda a sexta e não perder nenhuma edição.

A melhor e mais completa cobertura de economia, negócios e finanças do mercado com absoluta independência editorial.

Recebimento grátis das revistas e anuários publicados no período da sua assinatura.

Ligue e assine: 0800 701 8888
ou acesse www.valoronline.com.br

Valor Respeito ao leitor

ORÇAMENTO DO ESTADO Paula Mota*

Desrespeito à Constituição

O Tribunal de Contas do Estado do Rio de Janeiro, em 2002, emitiu, pela primeira vez, parecer contrário à aprovação das Contas de Gestão do Estado pela Assembléia Legislativa, embora as contas terminassem sendo aprovadas pelos deputados estaduais posteriormente. O voto contrário foi resultado do descumprimento de dispositivos constitucionais, alvos constantes de ressalvas e determinações ao longo dos anos. Em 2003, portanto, para garantir a aprovação das contas algumas modificações foram feitas em importantes dispositivos constitucionais que garantem recursos para meio ambiente, ciência e tecnologia e saúde.

É preciso ressaltar que o ano passado foi atípico, pois o Estado teve um orçamento apertado. As despesas correntes mais as amortizações alcançaram R\$ 23,4 bilhões, enquanto que a receita foi de R\$ 24,4 bilhões. Além disso, ainda foram pagos mais de R\$ 900 milhões referentes ao 13º salário de 2002 e a parcela relativa aos juros e amortização da dívida. Desta forma, percebemos que não sobraram muitos recursos.

O artigo 263 da Constituição Estadual que autoriza a criação do Fundo Estadual de Conservação Ambiental (Fecam), cujo objetivo é recuperar e preservar o meio ambiente, foi o que sofreu maior corte. A principal fonte de recursos deste Fundo vem dos 20% da compensação financeira que o Estado tem direito pela exploração de petróleo ou gás natural, de recursos hídricos para fins de geração de energia e de outros recursos minerais. As outras receitas, cuja participação é bem pequena, são derivadas de multas, aplicações financeiras, empréstimos, doações e demais transferências.

A Emenda Constitucional nº 31, de 2003, de autoria do Executivo, diminui de 20% para apenas 5% a principal fonte de recursos do Fecam, uma queda muito significativa. Examinando os números, constatamos que esta re-

dução representou uma perda de mais de R\$ 400 milhões em 2003, pois o Estado teve que aplicar somente R\$ 137 milhões ao invés dos R\$ 549 milhões. Em 2004, caso a receita estimada de *royalties* de R\$ 3,3 bilhões se concretize, o Fundo deverá receber em torno de R\$ 160 milhões ao invés de R\$ 650 milhões. A situação, entretanto é ainda mais grave quando analisamos o lado da despesa. No ano passado foram empenhados R\$ 138 milhões, porém só foram efetivamente liquidados R\$ 37 milhões desse total. O Tribunal de Contas do Estado considerou o dispositivo como cumprido, mas o Estado do Rio de Janeiro tem a obrigação de liquidar, em 2004, os R\$ 101 milhões restantes que estão inscritos em restos a pagar.

Menos saúde

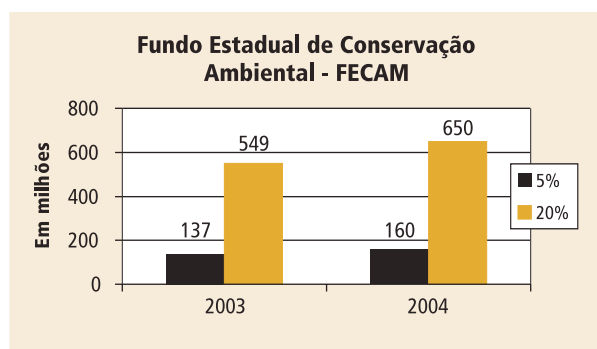
Outra modificação ocorreu no artigo 332 da Constituição Estadual, que determina a manutenção da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj). Este artigo destinava uma dotação mínima de 2% da receita tributária prevista para o exercício, com objetivo de financiar o desenvolvimento tecnológico e científico. A Emenda Constitucional nº 32, de 2003, deduz da base de cálculo as transferências e vinculações constitucionais e legais, reduzindo-a quase que pela metade. Esta mesma emenda autoriza também o Governo a aplicar ainda menos em C&T, pois até 2007 será repassado à Faperj apenas o valor pago em 2002, acrescido da variação nominal da receita tributária. Com a nova regra, em 2003, a Fundação recebeu apenas R\$ 96 milhões. Contudo, se fossem mantidos os 2% iniciais seriam repassados mais de R\$ 300 milhões.

Outro setor atingido é o da saúde, pois as leis de nº 4.167 e 4.179, do Executivo, transformam algumas ações de caráter de assistência social em ações de saúde. A primeira lei, de setembro de 2003, autoriza o Executivo a criar no Fundo Estadual de Saúde (FES) os programas: Farmácia Popular, Despesas decorrentes dos Contratos de Financiamento - Programas de Saneamento Básico, Suplementação Alimentar, Apoio aos Serviços de Saúde do Corpo de Bombeiros, Cheque Saúde Cidadão, dentre outros.

Já a segunda lei, também de setembro do ano passado, dispõe sobre o Programa Estadual de Acesso à Alimentação. Esta lei, em seu artigo 5º, autoriza que seus projetos e atividades façam parte do FES. Assim, as despesas como Cheque Cidadão, Cheque Cidadão Terceira Idade, Cheque Saúde Cidadão, Cheque Cidadão – Trabalhador Rural e Leite Saúde podem ser computadas como despesa de saúde. O problema é que o Estado pode inserir os gastos descritos acima no cálculo da aplicação da Emenda 29. Desta forma, estrangulou-se ainda mais o gasto genuinamente da saúde. Em 2003, estas despesas equivaleram a mais de R\$ 100 milhões, ou seja, 9% do valor apurado como despesa de saúde para a Emenda 29.

Com certeza, a destinação de menores recursos para áreas fundamentais como C&T e saúde vão fazer muita diferença no futuro. É importante analisar o custo destas mudanças, pois estes dispositivos constitucionais buscam garantir que as necessidades básicas da população sejam atendidas e a redução de seus percentuais para que as contas sejam fechadas não é o melhor caminho para o Estado. ■

* Estudante de economia, integrante do Fórum Popular do Orçamento do RJ.



Crédito 1 minuto

Crédito certo a qualquer hora.

- ✓ Rapidez na contratação do crédito
- ✓ Empréstimo liberado pelo Auto-Atendimento, Banrífone ou www.banrisul.com.br
- ✓ Valor, prazo e vencimento das parcelas a escolher
- ✓ As menores taxas do mercado
- ✓ Primeiro pagamento até 35 dias após a utilização do crédito
- ✓ Débito em conta das parcelas
- ✓ Demonstrativo mensal para o acompanhamento das operações



www.banrisul.com.br



Governo do
Rio Grande do Sul
PTSDO CRT TEJANINA 19/08

FÓRUM POPULAR DE ORÇAMENTO

Os gastos do Rio: agenda social versus Pan?

Segue abaixo uma comparação entre a execução orçamentária do programa de trabalho “Jogos Pan 2007” e um consolidado dos 12 programas de trabalho encontrados no orçamento municipal relativos às metas da Agenda Social. Estas rubricas foram explicitadas nas edições passadas do JE.

de cerca de 40% referente às rubricas da Agenda Social e 113% referente ao Programa de trabalho “Jogos PAN 2007”. Cabe ressaltar que enquanto o somatório das dotações das rubricas referentes à Agenda diminuiu, o programa de trabalho do Pan “foi engordado”. E, apesar do total liquidado pe-

ta o remanejamento de R\$ 3.023.205,00, segundo os decretos 24.491 e 24.492, publicados no Diário Oficial em 10 de Agosto. Esta dotação foi remanejada da rubrica “Servidores Inativos da Administração Direta”, que possui como objetivo: “pagamento de aposentadoria de outros servidores inativos da administração direta”

Evolução Orçamentária dos Programas de Trabalhos da Agenda Social e dos Jogos Pan-americanos de 2007 – 2003/2004

Anos	AGENDA SOCIAL		JOGOS PAN-AMERICANOS	
	2003	2004*	2003	2004*
Dotação Inicial	R\$ 159.544.659,00	R\$ 113.426.979,00	R\$ 48.000.000,00	R\$ 30.562.851,00
Dotação Atual	R\$ 127.237.612,50	R\$ 100.368.606,70	R\$ 27.422.970,00	R\$ 35.863.148,00
Empenhado	R\$ 82.583.930,21	R\$ 55.965.378,81	R\$ 23.613.566,94	R\$ 35.860.244,24
Liquidado	R\$ 75.333.378,03	R\$ 45.863.135,55	R\$ 23.613.566,94	R\$ 34.490.212,73
Liquidado/D.Inicial	47%	40%	49%	113%

*Execução Orçamentária referente ao período de 01.01.2004 até 10.08.2004

Em 2003, o total liquidado da Agenda Social foi mais de três vezes maior do que o montante liquidado referente à rubrica dos “Jogos Pan 2007”, apesar de este ter apresentado um maior percentual de execução relativo à dotação estabelecida pela Lei Orçamentária de 2004.

Em 2004, até 10 de agosto, o percentual de execução em relação à dotação inicial era

das rubricas da Agenda ser maior do que o relativo à rubrica do Pan, deve-se observar que este consolidado da Agenda Social refere-se aos 12 programas de trabalho identificados, ao passo que os “Jogos Pan 2007” é apenas um programa.

Das dotações apresentadas referentes à rubrica “Jogos Pan 2007”, em 2004, não cons-

Emendas legislativas do Pan 2007

Constatamos a aprovação, pelo Poder Legislativo, na Lei Orçamentária de 2004, de cinco emendas relacionadas ao Pan 2007. Trata-se de três projetos e duas atividades, lembrando que “projeto” é uma ação governamental com começo, meio e fim, e “atividade” uma ação com objetivos de manutenção dos serviços públicos prestados.

Projetos

“Reforma das Instalações Esportivas da Escola Naval do Rio de Janeiro”

“Projetos do Boxe visando preparação e treinamento para os Jogos Pan-Americanos”

“Reforma das Instalações Esportivas do Colégio Militar do Rio de Janeiro”

Atividades

“Apoio visando preparação de atletas para os Jogos Pan-Americanos 2007”

“Preparação e aperfeiçoamento de atletas para os Jogos Pan-Americano 2007”

A soma das rubricas acima é de R\$ 2,1 milhões, porém, observamos que o Poder Executivo cancelou 99,93% do valor, deixando contingenciado (congelado) R\$ 1,4 mil – isso mesmo! – valores apurados até a primeira quinzena de agosto, sendo assim, não há execução das emendas aprovadas pela Câmara. ■

Linha 4 do Metrô

Em tempos de debates sobre a realização do trecho parcial da Linha 4 do Metrô, encontra-se na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para este ano apenas o programa de trabalho “Metrô Barra-Ilha – Estudo e Projeto”, da Secretaria Municipal de Transportes, que possui como meta para 2004 projetar 34 km de linha. Até o dia 10 de agosto, de sua dotação inicial de R\$ 1 mil, nada foi executado. Este programa de trabalho não consta na LDO para 2005.

Na LDO de 2004, o projeto “reconstrução da auto-estrada Lagoa Barra”, da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Públicos, que possui como objetivo específico “duplicação, restauração e melhorias viárias e operacionais”, prevê obras em um trecho de 2 km. Até a data acima, nada tinha sido executado de uma dotação inicial de R\$ 110 mil. Ao contrário do “Metrô Barra-Ilha”, este projeto está previsto na LDO de 2005 e tem com o meta a realização de obras em um trecho de 8 km. Ambos os projetos não foram executados nos anos de 2002 e 2003, apesar de estarem previstos na Lei de Diretrizes Orçamentárias daqueles anos.

Fontes: Programa de Trabalho Anual da Prefeitura (PAT) 2004; Diário Oficial do Município do Rio de Janeiro - 10/08/04; FINCON (10/08/04); DCM - Lei Orçamentária Anual 2004; DCM - Lei de Diretrizes Orçamentárias 2005-Proposta (16/04/2004), 2004 (01/07/2003), 2003 (29/07/2002); DCM - Prestação de Contas 2003 (08/04/2004).

As matérias desta página são de responsabilidade da equipe técnica do Corecon-RJ, de apoio ao Fórum Popular de Orçamento do Rio de Janeiro. Coordenação Executiva do Fórum: Ruth Espínola Soriano, Luiz Mario Behnken e Camilla Sampalo. Estagiários: Bruno Lopes e Thiago Marques.

Correio eletrônico: fporj@bol.com.br - Portal: www.corecon-rj.org.br - www.fporj.blogspot.com.br

Seminário vai debater o Rio

No próximo dia 21 de setembro, no Fórum de Ciência e Cultura da UFRJ, na Praia Vermelha, será realizado o seminário A Crise do Rio, promovido pela própria Universidade em parceria com a Fundação Getúlio Vargas e o Conselho Regional de Economia. O seminário é o primeiro de uma série de encontros que as entidades promotoras pretendem realizar com o objetivo de discutir e aprofundar a histórica econômica e social, bem como as perspectivas do estado do Rio de Janeiro. É a seguinte a programação:

Mesa de Abertura (9:30 as 10:00):

Alcino Ferreira Câmara Neto (CCJE/UFRJ); Marieta de Moraes Ferreira (CPDOC/FGV); João Paulo de Almeida Magalhães (CORECON/RJ) .

1ª Mesa (10:00 as 12:00):

Da Guanabara ao estado do Rio de Janeiro – trajetória da crise:

João Paulo dos Reis Velloso - Marieta de Moraes Ferreira - Marly Silva da Motta - Mauro Osorio

2ª Mesa (14:00 as 16:00):

Quadro atual e perspectivas:

Carlos Eduardo Sarmento - Adilson de Oliveira - Hildete Pereira de Melo - Luís Martins - Paulo Cota

CURSOS DO CORECON/RJ

PROGRAMAÇÃO DE CURSOS PARA O SEGUNDO SEMESTRE

Economia e Meio Ambiente: uma introdução ao tema e apresentação do mercado de trabalho

Cláudia Lúcia Bisaggio Soares - Universidade Federal de Santa Catarina

13 a 24 de setembro de 2004 (segundas, quartas e sextas-feiras, de 18h45 às 21h30)

24 horas-aula - Economistas e Estudantes registrados: **R\$190,00** - Demais profissionais e não registrados: **R\$ 209,00**

O Pensamento Econômico de Keynes

João Sicsú - Jennifer Hermann - Antonio José Alves Júnior - Manoel Carlos Pires - Rogério Sobreira -

André Modenesi - Universidade Federal do Rio de Janeiro e Luiz Fernando de Paula (UERJ)

14 de setembro a 7 de outubro (terças e quintas-feiras, de 18h45 às 20h30)

16 horas-aula - Economistas e estudantes registrados: **R\$130,00** - Demais profissionais e não registrados: **R\$143,00**

Economia do bem-estar, igualdade e pobreza: uma leitura crítica

João Leonardo Medeiros - Universidade Federal do Rio de Janeiro

21 de outubro a 7 de dezembro (quintas-feiras, de 18h30 às 21h15)

18 horas-aula - Economistas e estudantes registrados: **R\$150,00** - Demais profissionais e não registrados: **R\$165,00**

Regimes Monetários: teoria e experiência do Real

André de Mello Modenesi - Universidade Federal do Rio de Janeiro

3 de novembro a 1º de dezembro (segundas e quartas-feiras, 18h45 às 21h30)

24 horas-aula - Economistas e estudantes registrados: **R\$190,00** - Demais profissionais e não registrados: **R\$209,00**

Matemática Aplicada à Teoria Econômica

Jorge Cláudio - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

26 de outubro a 7 de dezembro (terças e sextas-feiras, 5 horas-aula por semana)

30 horas-aula - Economistas e estudantes registrados: **R\$170,00** - Demais profissionais e não registrados: **R\$187,00**

Globalização Financeira: impactos e mecanismos de defesa

João Sicsú (UFRJ), Jennifer Hermann (UFRJ) e Luiz Fernando de Paula (UERJ)

26 de outubro a 23 de novembro (terças e quintas-feiras, 18h45 às 20h30)

16 horas-aula - Economistas e estudantes registrados: **R\$130,00** - Demais profissionais e não registrados: **R\$143,00**

Análise de Investimento

Eduardo de Sá Fortes - Universidade Candido Mendes

Início no final de outubro, término em novembro. Aos sábados, pela manhã.

16 horas-aula - Economistas e estudantes registrados: **R\$130,00** - Demais profissionais e não registrados: **R\$143,00**

Informe-se e inscreva-se na página <http://www.economistas.org.br>

Desconto para economistas

Os economistas em dia com suas anuidades terão desconto de 10% no curso "MBA em economia empresarial", que terá início no próximo dia 27 de setembro, na Fundação Getúlio Vargas. Maiores informações: 2247-9597 e 2125-9975.

XX Since – Simpósio Nacional dos Conselhos de Economia

Construindo cidadania e a inserção social

Entre os próximos dias sete e 10 de setembro se realizará o XX Simpósio Nacional dos Conselhos de Economia – XX Since, em Belém, capital do Pará, sob a coordenação do Conselho Federal de Economia (Cofecon) e a participação de todos os Conselhos Regionais de Economia.

Os objetivos são discutir a formação profissional e o mercado de trabalho dos economistas, a necessidade de construção da cidadania e a inscrição social, as suas competências e conflitos profissionais e os aperfeiçoamentos para melhor funcionamento do sistema Cofecon/Corecons.

Delegados e participantes inscritos e credenciados vão debater os assuntos em pauta, onde suas sugestões e propostas servirão para contribuir com a discussão que será realizada na plenária final do Simpósio, que irá deliberar sobre os relatórios finais de cada grupo de trabalho.

Sob o tema "Construção da Cidadania e Inserção Social", o XX Since tem a intenção de que as discussões e debates que irão se suceder nos grupos e plenárias não se limitem apenas aos problemas que se referem à profissão e suas entidades representativas, mas que possam contribuir para que se encontrem formas alternativas de melhor participação do economista na construção de um novo contexto social.

Haverá a participação de Associações de Economistas de Língua Portuguesa – AELP, entidade que congrega os economistas dos países que têm a língua portuguesa como padrão, no sentido de possibilitar a troca e a busca de experiências comuns entre a categoria dos economistas em outros países, além do Brasil.

Maiores informações sobre o XX Since podem ser obtidas na página dos economistas na internet – www.economistas.org.br – ou através do telefone 2232 8178. ■